

AGOSTO 2026

196ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

A ARTE DA INTIMIDAÇÃO

**Caso no Maranhão mostra
que sigilo da fonte
jornalística é mais uma
garantia constitucional
abolida por Moraes**



Foto: Imagem criada com Google Gemini/Gazeta do Povo

Rival de Lula, Rubio sobe em
pesquisas para eleição de 2028

Guilherme Fiuza: A bandeira
branca de Wagner Moura

Índice

Editorial: Sigilo da fonte jornalística é mais uma garantia constitucional abolida por Moraes **04**

Renan Ramalho: André Mendonça está sozinho contra o sistema **13**

Guilherme Fiuza: A bandeira branca de Wagner Moura **19**

Rival de Lula, Rubio sobe em pesquisas para eleição de 2028; veja perfil **25**

Caso Master: liquidação de holding do luxo abre portas para rastrear dinheiro fora do Brasil **34**

Habib's: A crise na rede que popularizou a esfiha barata no Brasil **49**

Os escultores que querem salvar o Ocidente — e chamaram a atenção de Elon Musk **61**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

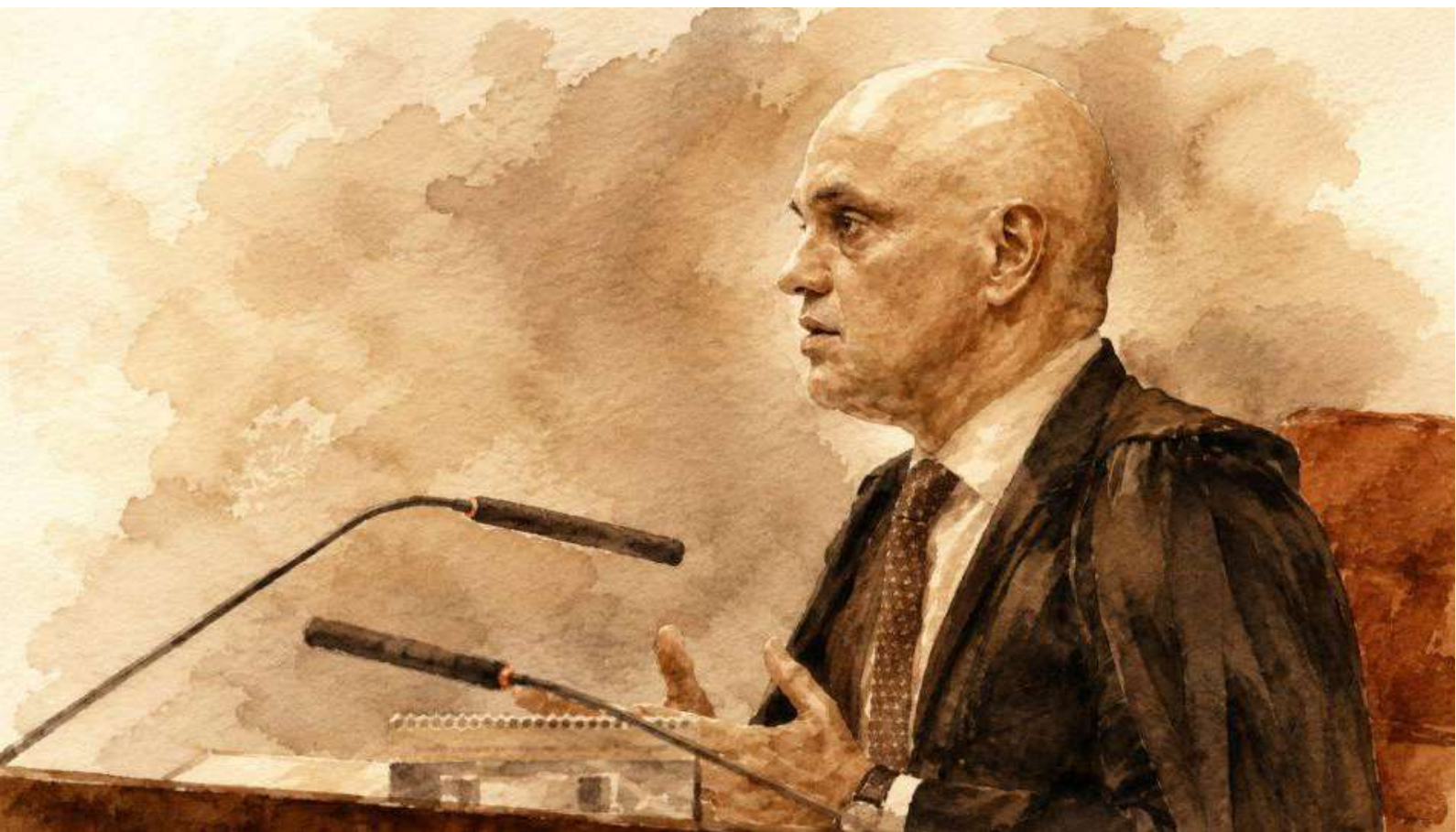


GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Alexandre de Moraes ordenou busca e apreensão contra ex-secretário apontado como fonte de jornalista que publicou denúncias contra Flávio Dino. (Foto: ChatGPT sobre foto de Antonio Augusto/STF)

EDITORIAL

Sigilo da fonte jornalística é mais uma garantia constitucional abolida por Moraes

Em março deste ano, quando Alexandre de Moraes determinou busca e apreensão na

residência do jornalista maranhense Luís Pablo, o texto de sua decisão já antecipava até onde ele queria chegar: o objetivo final, que o teor do mandado não se esforçava em ocultar, era descobrir quem havia repassado ao jornalista as informações sobre um suposto uso irregular de veículos oficiais por parte do também ministro do STF Flávio Dino e seus familiares.

Pois a empreitada liberticida teve sucesso: nesta terça-feira, foi a vez de a Polícia Federal bater à porta de Raimundo Cutrim, ex-delegado da PF e ex-secretário de Assuntos Legislativos do Maranhão, identificado como a fonte de Luís Pablo.

Em novembro do ano passado, Luís Pablo publicou em seu blog que a esposa e o filho de

Dino estariam usando um carro blindado do Tribunal de Justiça do Maranhão, em deslocamentos pela capital São Luís. O veículo havia sido adquirido com dinheiro de um fundo “destinado exclusivamente à segurança institucional de magistrados e às atividades do próprio Judiciário estadual” e era usado “de forma contínua e sem ato público que formalize a cessão”. Dino negou qualquer irregularidade, mas apenas em março deste ano o STF enviou ao TJ-MA um pedido para que um veículo fosse colocado à disposição do ministro. Em vez de se investigar a possível irregularidade no uso de um bem público, PF, Procuradoria-Geral da República e STF inverteram a realidade e passaram a ver um possível crime de perseguição. O truque final, inclusive para evitar que o caso fosse para a primeira instância (já que Luís Pablo não tem

prerrogativa de foro), foi associar o suposto crime ao abusivo inquérito das fake news.



O sigilo da fonte jornalística é tão fundamental ao interesse público que independe do caráter e das motivações de quem fornece informações à imprensa, e independente até da forma como as informações repassadas foram obtidas

Cutrim está em prisão domiciliar (por ordem de Dino) devido a uma outra investigação, sobre uma suposta obstrução de Justiça em um caso de homicídio que envolveria um parente seu, mas isso é totalmente irrelevante neste episódio. O sigilo da fonte jornalística é protegido

constitucionalmente, no inciso XIV do artigo 5.º – “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” –, e independe do caráter ou das motivações (que nem sempre serão as mais nobres) de quem repassa as informações ao jornalista.

Mais que isso: o sigilo é tão fundamental ao interesse público que independe inclusive da forma como as informações repassadas foram obtidas – a PF alega que Cutrim conseguiu os dados dos carros que estariam sendo usados por Dino e sua família entrando em sistemas com acesso controlado.

Tão estarrecedor quanto essa violação tão flagrante de uma garantia constitucional é o fato

de ela não ser resultado de um desvario autoritário individual. A operação contra Cutrim foi solicitada pela Polícia Federal e teve aval da Procuradoria-Geral da República antes de ser autorizada por Moraes. Ou seja: houve uma construção coletiva muito bem articulada, de pessoas que certamente conhecem o que afirma a Constituição. Estarrecedor, mas não surpreendente: afinal, muitos dos envolvidos adorariam relativizar ou abolir o sigilo da fonte jornalística, como retaliação e como prevenção.

Todas as paredes de Brasília sabem que Alexandre de Moraes adoraria descobrir como a imprensa soube do fabuloso contrato de R\$ 129 milhões entre o Banco Master e o escritório de advocacia de sua esposa – tanto é assim que o ministro abriu um inquérito, de ofício,

exatamente para investigar uma possível “violação de sigilo fiscal de ministros da Corte e seus familiares”.

E não é exagero nenhum imaginar que o procurador-geral Paulo Gonet e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, também tenham muito interesse em descobrir quem passou a jornalistas os documentos enviados pela PF à CPMI do INSS e que mencionavam a exclusiva degustação de uísque Macallan em Londres, patrocinada por Daniel Vorcaro e que teve a participação de Gonet, Rodrigues, Moraes, Dias Toffoli e várias outras autoridades.

E não se trata apenas de pegar as fontes passadas, mas de fazer possíveis fontes futuras pensarem duas vezes. Uma vez derrubado o sigilo

profissional que protege os jornalistas, muita gente com acesso a informações comprometedoras, que deveriam vir à luz, terá receio de procurar a imprensa para denunciar ilegalidades ou irregularidades, pois passará a temer pela própria liberdade, ciente de que os órgãos de investigação se preocuparão menos com o conteúdo da denúncia e mais em identificar o responsável por levá-la à imprensa. Novamente, o chilling effect ou a autocensura entrarão em cena, desta vez para garantir que os malfeitos continuem eternamente ocultos.

Sem o sigilo da fonte jornalística, crimes, ilegalidades, irregularidades, abusos e desmandos seguirão sendo cometidos por autoridades sem que jamais cheguem ao conhecimento do público. Esta é uma verdade tão

evidente que o mais recente ataque de Moraes a essa garantia constitucional precisaria receber o repúdio mais veemente não apenas de veículos da imprensa ou de entidades representativas dos jornalistas, mas de qualquer brasileiro minimamente comprometido com a democracia. O silêncio, agora, é conivência com quem quer amordaçar a imprensa e manter a sociedade no escuro sobre o que seus representantes e as autoridades por eles nomeadas fazem.



[Voltar ao índice](#)



Há dois meses, André Mendonça denunciou "um sistema articulado" para criar nulidades no Master; agora, é no INSS (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

OPINIÃO

Renan Ramalho

André Mendonça está sozinho contra o sistema

Dois meses atrás, o ministro André Mendonça declarou abertamente, diante de seus pares na

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que “certos atores atuam para criar um vício” nas investigações do Banco Master. “Há um sistema articulado para isso. Não sou cego, estou acompanhando, assistindo aos movimentos”, afirmou ele a Gilmar Mendes — que, na mesma sessão, tentava colocar a operação sob suspeita, valendo-se do mesmo expediente de desmoralização usado contra a Lava Jato.

Ao ouvir do decano que era preciso evitar suspeitas e nulidades nas apurações, Mendonça treplicou sem rodeios: “Mais que isso, ministro Gilmar: [é preciso evitar] tentativas de obstaculizar as investigações”. Com a intervenção, Mendonça evitou que, naquele mesmo dia, dois investigados de alto risco fossem postos em liberdade. Aquele diálogo expôs um método que agora se repete no

escândalo envolvendo os desvios de aposentadorias do INSS.

Assim como ocorreu no caso Master — cujos desdobramentos atingiram dois ministros da Corte —, o avanço das apurações do INSS começou a alcançar outro alvo sensível: o filho mais velho do presidente da República. O “sistema articulado” entrou novamente em ação para desacreditar o inquérito e preparar o terreno para futuras anulações. Se no caso anterior tentou-se uma “delação seletiva” para poupar determinados nomes, agora as manobras ganharam contornos ainda mais criativos.

A apuração sobre o INSS segue em ritmo lento dentro da Polícia Federal, marcada por relatórios em atraso, três trocas consecutivas do delegado

responsável e até pelo acionamento da Advocacia-Geral da União (AGU) — órgão de representação do Executivo — para enfraquecer a postura de Mendonça. A PF fatiou a investigação em inquéritos avulsos para que fossem sorteados outros ministros relatores. Do material redistribuído, dois casos retornaram às mãos de Mendonça e um terceiro acabou com Flávio Dino, ex-ministro da Justiça a quem a própria corporação esteve subordinada.

Diante desse cenário, Mendonça determinou que a PF lhe envie os materiais brutos para impedir que provas se percam e limitou o acesso interno ao inquérito a fim de estancar vazamentos politicamente calculados. Como reação, a máquina de pressão voltou a operar, inclusive por meio da imprensa. Passaram a circular recados,

com origem no STF e no governo, acusando Mendonça de se exceder no cargo e interferir no trabalho “técnico” da polícia. Trata-se, novamente, do sistema articulando movimentos para emparedar o relator e anular o processo.

Foi exatamente a essa estratégia que Mendonça reagiu dois meses atrás, ao detalhar em sessão pública a gravidade dos fatos no caso Master — revelando como o pai de Daniel Vorcaro teria passado a comandar uma milícia privada para ameaçar testemunhas. Ao expor as entranhas do esquema, o ministro demonstrou que a transparência também serve como um antídoto contra a operação abafa. Se o cerco a Mendonça persistir no caso do INSS, ele não deveria hesitar em expor novamente os bastidores do sistema. Mas não deveria precisar agir sozinho.

Para proteger as investigações e preservar a credibilidade da Justiça, é indispensável haver suporte institucional. Cabe ao presidente do STF, Edson Fachin, e aos ministros compromissados com a integridade da Corte empenhar esforços para blindar o colega contra manobras que visam à impunidade.



Autor: Renan Ramalho, Jornalista de política especializado na cobertura de Justiça. Desde 2009 em Brasília, observa de perto como se move o poder, o direito e a imprensa. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Wagner Moura durante o programa Conversa com Bial, gravado em Atenas, na Grécia, em meio à sua turnê pela Europa. (Foto: Reprodução/YouTube/TV Globo)

OPINIÃO

Guilherme Fiuza

A bandeira branca de Wagner Moura

Wagner Moura atualizou seu discurso político. Não que o discurso político de Wagner Moura tenha alguma importância especial. Poderia ter

ou não ter, dependendo do teor. No caso, por escolha do próprio ator, o teor é um proselitismo governista sem nada dentro, com vernizes ideológicos mal-ajambrados. A relevância do que diz ou tem dito Wagner Moura sobre política, portanto, é mensurável pela caricatura. Pela sofreguidão com que ele espalha seus panfletos rasos pelos canhões hollywoodianos. Artista com obra de indiscutível importância, Wagner é hoje mais um exemplo da chamada lacração narcísica com pretexto de consciência política.

Em entrevista recente a Pedro Bial, ele apareceu com texto novo. Disse que a “direita” tem lá seu ponto, quando fala do tamanho do Estado etc. Criticou também o que definiu como “esquerda fascistinha”, referindo-se aos patrulheiros contemporâneos. Wagner apresentou-se,

portanto, como alguém ponderado, capaz de refletir sobre suas próprias convicções.

É possível que o ator tenha convicções consistentes sobre várias coisas da vida. Sobre política, navega em poça d'água. Não é peculiaridade dele. Boa parte do suposto debate político hoje é um cozidão de clichês imprestáveis, mas muito evocados e altamente considerados. A demarcação direita x esquerda, que já nasceu inepta mais de dois séculos atrás, é hoje um anacronismo teimoso. Uma assombração de sucesso. As viúvas do Muro de Berlim ficam chateadas quando alguém critica a dicotomia direita x esquerda. É natural. Quanta gente sem nada a oferecer conquistou pertencimento, audiência, voto, dinheiro e outras vantagens com a mera repetição dessa

demarcação indigente? Isso ocorre no mundo todo.

O novo autoritarismo vive basicamente disso: apresenta expedientes de censura como defesa contra ações antidemocráticas “da direita”. E muita gente de boa-fé embarca, porque “direita” e “esquerda” têm múltiplas leituras pelo senso comum — eventualmente opostas e frequentemente inúteis. Wagner Moura transita entre o anti-trumpismo e o pró-lulismo com ares de quem está militando pela democracia contra a ditadura. E está surfando na propaganda geral contra um presidente norte-americano que, basicamente, se dispôs a enfrentar o conluio da informação travestida de jornalismo — a casta dos poderes artificiais com capa “progressista”.

Wagner debochou do grave conflito político brasileiro no quintal controlado de Jimmy Kimmel, um panfletário histriônico como ele. Disse que o Brasil viveu sob o jugo fascista entre 2019 e 2022, sem ser capaz de demonstrar a supressão das liberdades nesse período.



Mas ele está basicamente fazendo propaganda de um regime do qual é amigo e de cujo histórico “problemático” ele se dispensa de cuidar

A leviandade incomoda, e o público reage pelas redes — essas que os amigos palacianos de Wagner estão sempre querendo controlar, inclusive com assessoria chinesa. Aí o ator disse que cansou de ser “odiado” e apareceu com esse

discurso mais “conciliatório”. Seria ótimo que toda essa “polarização” fermentada por lacradores de todas as estirpes se dissipasse com rajadas de bom senso. Mas ajeitar os clichês um pouquinho mais para a direita ou para a esquerda na velha régua da demagogia não vai conciliar nada.



Autor: Guilherme Fiuza é jornalista, escritor e roteirista, autor dos livros “Meu nome não é Johnny”, “3.000 dias no bunker” (ambos adaptados para o cinema), “Bussunda - A vida do casseta”, “O Império do Oprimido” e “O passado promete”, entre outros. Autor das peças “Eu e ela” e “O controle”, e coautor da série de TV “O Brado Retumbante”. **Os textos do colunista não

expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Secretário de Estado americano é um dos nomes de maior destaque na gestão Trump. (Foto: Will Oliver/EFE/EPA)

Estados Unidos

Rival de Lula, Rubio sobe em pesquisas para eleição de 2028

Por Fábio Galão

Rival do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário de Estado americano, Marco Rubio, é

um dos nomes de maior destaque na gestão Donald Trump e vem ganhando cacife político para ser o candidato republicano na eleição presidencial de 2028 nos Estados Unidos. Segundo uma reportagem publicada este mês pelo site The Hill, uma pesquisa realizada com os participantes do Western Conservative Summit, realizado no estado do Colorado, mostrou que 57% dos entrevistados apoiavam Rubio para a próxima disputa presidencial. O vice-presidente J.D. Vance apareceu em segundo lugar, com 21%.

Outra pesquisa que deu fôlego às pretensões presidenciais de Rubio foi realizada em New Hampshire, estado que é considerado uma espécie de termômetro dos ânimos internos do Partido Republicano, por tradicionalmente realizar a primeira primária da legenda em anos de eleição presidencial. De acordo com

informações da emissora Fox News, Vance apareceu em julho com 36% de apoio entre prováveis eleitores das primárias republicanas em New Hampshire, enquanto Rubio teve 26%. A pesquisa anterior da Universidade de New Hampshire (UNH), realizada em fevereiro, havia mostrado Vance com 53%, contra 7% de Rubio.

Marco Antonio Rubio tem 55 anos, nasceu em Miami e é filho de cubanos que emigraram para os Estados Unidos em 1956, dois anos e meio antes da tomada do poder por Fidel Castro na ilha caribenha. Rubio foi deputado na Câmara da Flórida e em 2010 foi eleito pela primeira vez para o Senado americano. No Legislativo, se notabilizou pela postura combativa contra governos e ditaduras de esquerda na América Latina.

Ele se opôs às tentativas de normalização das relações com Cuba durante a era Obama, foi um grande crítico do então ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, e pediu sanções contra a ex-presidente argentina Cristina Kirchner por corrupção.

Sobre o Brasil, condenou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes pelo bloqueio do X no país em 2024 e disse que Lula era um “líder de extrema esquerda que encobre a natureza criminosa do narco-regime de Maduro”. Rubio também é crítico das ditaduras do Irã e da China: em 2020, foi alvo de sanções de Pequim devido às suas declarações sobre a repressão aos protestos pró-democracia em Hong Kong.

Rubio tem histórico de desavenças com Trump

Ele teve uma relação conflituosa no passado com seu agora chefe. Em 2016, quando Donald Trump o venceu nas primárias do Partido Republicano para a eleição presidencial, as discussões entre os dois nos debates fizeram a festa dos usuários de redes sociais. Num desses debates, Trump ridicularizou Rubio por suar demais. “É nojento. Precisamos [na Casa Branca] de alguém que não tenha o que quer que seja que ele tenha”, afirmou.

O então senador da Flórida também ridicularizou o futuro presidente americano, ao destacar, por exemplo, os erros de ortografia de Trump nas suas postagens no então Twitter (hoje X). “Deve ser assim que se escreve na Wharton School of Business”, disse Rubio, citando a universidade onde Trump estudou. Também afirmou que

Trump “deve ter contratado um trabalhador estrangeiro para fazer seus tuítes”.

Por fim, Rubio desistiu da pré-campanha de 2016 após ter sido derrotado nas primárias no seu próprio estado. Depois, durante o primeiro mandato de Trump (2017-2021), Rubio foi coautor de uma lei para tornar mais difícil a retirada dos Estados Unidos da Otan (uma ameaça de Trump), ao exigir que dois terços do Senado ratificassem a medida.

Apesar dessas divergências, Trump o indicou para o Departamento de Estado em novembro de 2024, poucos dias após a eleição presidencial vencida pelo empresário nova-iorquino, e em janeiro de 2025, todos os 99 senadores presentes votaram para confirmar a indicação de Rubio para a pasta.

Desde que chegou ao Departamento de Estado, o ex-senador se notabilizou por revogar vistos de autoridades estrangeiras odiadas pela direita, como o então presidente colombiano Gustavo Petro em 2025, Moraes e Kirchner, além de juízes e promotores do Tribunal Penal Internacional (TPI) responsáveis pelo mandado de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, por acusações de crimes de guerra e contra a humanidade no conflito na Faixa de Gaza.

Rubio lançou recentemente uma ação para “desmantelar” o TPI, fazendo pressão para que países integrantes da corte abandonem o tribunal, e também uma coalizão internacional contra o extremismo de esquerda. Ele também coordena a ofensiva econômica e diplomática contra as ditaduras de Cuba e da Venezuela, onde,

desde a operação militar que capturou Maduro em janeiro, é considerado o administrador de fato do país.

Quanto ao Brasil, além da revogação de vistos de autoridades, Rubio gerou revolta no governo Lula ao designar os grupos criminosos brasileiros Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas; afirmar que o Brasil faz parte de uma lista de governos latino-americanos “não amigáveis”, mesma categoria de Cuba e Nicarágua; e acusar o presidente petista de colocar seu “ego” acima dos interesses brasileiros nas negociações do novo tarifaço americano. Em resposta, Lula acusou o secretário de Estado de ser um “bolsonarista” que “não gosta do Brasil e da América Latina” e de fazer “as coisas diferente daquilo que a gente conversa com Trump”.

Apesar da sua ascensão nas pesquisas, ainda não se sabe se Rubio será o candidato republicano em 2028. Trump, que tem provocado com afirmações de que poderá concorrer novamente – o que é proibido pela Constituição americana, que prevê que uma pessoa pode ser eleita presidente no máximo duas vezes, mesmo com mandatos não consecutivos –, não sinalizou preferência entre Rubio e Vance e disse numa entrevista que uma chapa com ambos em 2028 seria “um grande time”. “Não sei como eles podem ser derrotados se estiverem juntos”, afirmou.



[Voltar ao índice](#)



Daniel Vorcaro, dono do liquidado Banco Master e alvo de investigação por fraude financeira. (Foto: reprodução/Youtube Esfera Brasil)

Paraíso fiscal

Caso Master: liquidação de holding do luxo abre portas para rastrear dinheiro fora do Brasil

Por Juliet Manfrin

A Titan Capital, holding que concentrava parte do patrimônio do controlador do Banco Master,

Daniel Vorcaro, e que ficou conhecida como a "holding ostentação", cuja sede fiscal ficava nas Ilhas Cayman, foi formalmente liquidada. E isso abre espaço para a Interpol rastrear ativos internacionais ligados ao ex-banqueiro, principalmente em paraísos fiscais. Para fontes ligadas às investigações do caso Master e da Operação Compliance Zero, o movimento das Ilhas Cayman deve facilitar que outros países abram dados bancários protegidos onde esses ativos possam estar.

“A Interpol não rastreia diretamente contas bancárias nem pode obrigar outro país a entregar dados financeiros, pois funciona como uma rede de cooperação entre polícias, facilitando o compartilhamento de informações e pedidos de investigação. Mas, quando países adotam medidas como essa liquidação, isso abre espaço

para que mais países iniciem processos de varredura, envolvendo supostos investimentos ilícitos com precedentes”, destaca a economista e analista de mercado internacional Regina Martins.

A liquidação da empresa por decisão da Justiça das Ilhas Cayman foi divulgada inicialmente pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela Gazeta do Povo. A medida foi tomada a pedido de um dos credores internacionais da holding. A reportagem apurou que ela foi consequência das investigações da Polícia Federal (PF) e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), aliado ao apelo para identificar ativos de Vorcaro espalhados por diversos países.

As Ilhas Cayman, no Caribe, são consideradas um dos principais paraísos fiscais do mundo porque o arquipélago não cobra impostos sobre renda, lucros, ganhos de capital ou corporativos para empresas registradas que operam fora do território. A decisão de encerrar definitivamente as atividades da holding do luxo de Vorcaro partiu da mais alta instância judicial das Ilhas Cayman, a Suprema Corte local. A defesa de Vorcaro foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou. A Gazeta do Povo não conseguiu contato com representantes da holding no Brasil, cuja sede administrativa ocupava um dos endereços mais luxuosos na Avenida Faria Lima, em São Paulo.

Um edital divulgado na sexta-feira (7) formalizou a determinação da Suprema Corte das Ilhas Cayman e convocou credores da Titan a

apresentar seus créditos e comprovar eventuais direitos sobre a empresa, conforme prevê a legislação societária local. O documento também trouxe um canal de contato para que os interessados possam se habilitar no processo. Com a liquidação em curso, os antigos controladores e diretores da holding do luxo perdem qualquer poder de gestão sobre contas bancárias e ativos vinculados à empresa.

A partir de agora, essa gestão passa às mãos dos liquidantes nomeados pela Corte local, integrantes de uma empresa de auditoria. Eles também ficam encarregados de apurar transferências realizadas antes dos bloqueios patrimoniais e, uma vez autorizados judicialmente, devem vender os bens para quitar dívidas, obedecendo à ordem de prioridades estabelecida pela legislação das ilhas.

A ligação com o esquema de esvaziamento do Master

De acordo com o apurado pelo Coaf e pela Polícia Federal brasileira, a Titan Capital não era apenas um veículo de investimentos pessoais de Vorcaro, mas teria sido usada como peça central de um esquema de suposto esvaziamento patrimonial e lavagem de dinheiro relacionado ao colapso do Banco Master.

O órgão de inteligência financeira brasileiro identificou repasses da ordem de R\$ 700 milhões feitos por meio de cotas de fundos de investimento do banco para a holding do luxo de Vorcaro, somente de janeiro a julho de 2025. Essas movimentações estão no centro das suspeitas que motivaram tanto o bloqueio de bens no Brasil quanto a liquidação no exterior.

As transferências milionárias ocorreram poucos meses antes da liquidação do Master e da primeira prisão de Vorcaro. Ou seja, a empresa teria sido usada pelos administradores do Master para tentar esconder valores da Justiça brasileira os enviando para o exterior. É justamente esse ponto que conecta a liquidação da Titan a uma frente de investigação mais ampla. A tentativa de rastrear o patrimônio de Vorcaro fora do país quer identificar possíveis ocultações antes ou depois da quebra do conglomerado financeiro que ele comandava.

Bloqueio no Brasil e o surgimento de uma "nova Titan"

Antes da decisão das Ilhas Cayman, os ativos da holding do luxo de Vorcaro já haviam sido alvo de bloqueio determinado pelo Banco Central em

março deste ano no Brasil. Cerca de um mês depois desse bloqueio, uma estrutura batizada de "nova Titan Capital" chegou a ser criada no Reino Unido, um movimento interpretado pelos investigadores como uma tentativa de reorganizar, sob outra jurisdição, parte do patrimônio que estava sendo cercado pelas autoridades brasileiras.

Com a liquidação decretada agora nas Ilhas Cayman, o alcance da medida deixa de se limitar ao território brasileiro e passa a valer, potencialmente, em qualquer país onde a Titan mantenha ativos por meio de acordos de cooperação jurídica internacional.

Segundo a analista Regina Martins, na prática, isso significa que bancos e instituições

financeiras ao redor do mundo que guardem recursos ligados à holding podem ser formalmente notificados a travar movimentações.

Quem está na fila de credores

Entre os credores que cobram valores da Titan está uma das maiores empresa de criptomoedas do mundo, que teria solicitado a liquidação da holding em maio, segundo dados de um serviço externo de inteligência investigativa. A dívida decorre de um empréstimo equivalente de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. O destino desse recurso ainda é desconhecido das autoridades. Essa empresa deve figurar entre as primeiras posições na fila de pagamentos, por ter suas garantias atreladas a empréstimos concedidos ao Credcesta.

O CredCesta é um cartão de crédito consignado voltado a servidores públicos, que passou a ser operado pelo Banco Master e se tornou um dos principais canais de expansão da instituição financeira. Ele ainda está em operação.

Na lista de credores estaria ainda o Grupo Fictor, que havia anunciado a compra do Master depois que o Banco Central vetou a aquisição da instituição pelo Banco Regional de Brasília (BRB). Isso porque a Fictor teria transferido R\$ 30 milhões à holding. O grupo não comentou a operação.

Nas investigações que resultaram na primeira prisão de Vorcaro, em novembro de 2025, a Titan figurava com participações em cerca de 30 negócios diferentes, uma parte ligada

diretamente ao Master. A maior parte desses negócios já foi liquidada.

A holding também abrigava participações adquiridas antes da quebra do banco, como fatias de um restaurante de luxo, uma mineradora e posições em companhias de prestações de serviço de energia e água.

Como funciona o pedido da PF para o rastreamento de recursos pela Interpol

A liquidação da holding de luxo de Vorcaro nas Ilhas Cayman não é a única frente aberta para tentar localizar o patrimônio fora do Brasil. Em julho, a PF recorreu à Interpol para tentar rastrear bens do ex-banqueiro, em especial na América do Norte e na Europa. O objetivo é identificar novas suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e

outros crimes supostamente ligados ao conglomerado Master.

Na época, o pedido foi formalizado por meio de um mecanismo novo da organização policial internacional, conhecido como Silver Notice (Alerta Prata, em inglês), criado especificamente para rastrear internacionalmente bens vinculados a pessoas investigadas ou condenadas por crimes financeiros.

Vale destacar que neste momento Vorcaro figura apenas como investigado. Na prática, a notificação pede que as autoridades de países informem à PF a existência de imóveis, empresas, contas bancárias, embarcações, aeronaves ou qualquer outro ativo registrado em nome de Vorcaro ou vinculado a ele por meio de terceiros e empresas de fachada. Segundo a corporação, esse

mapeamento vai embasar medidas judiciais de bloqueio, confisco e repatriação de bens, caso a Justiça conclua que eles têm origem ilícita.

A suspeita da PF é de que parte do patrimônio de Vorcaro tenha sido distribuído entre propriedades e fundos de investimento em diferentes países, incluindo paraísos fiscais. Para investigadores, isso reforçaria a relevância da liquidação da Titan, nas Ilhas Cayman, como uma possível peça desse quebra-cabeça patrimonial. O temor da corporação é de que o banqueiro consiga blindar esses recursos ao longo do tempo, seja revendendo propriedades, seja transferindo para terceiros.

O pedido à Interpol foi a segunda frente aberta para rastrear ativos de Vorcaro no exterior. Em

abril, a Justiça dos Estados Unidos havia autorizado o liquidante do Banco Master a consultar instituições financeiras norte-americanas em busca de bens do ex-banqueiro, permitindo buscas por imóveis, recursos em fundos de investimento e até obras de arte.

O Banco Master teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central em novembro de 2025. Ele deixou um rombo de aproximadamente R\$ 50 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), decorrente de um esquema que envolvia a emissão de títulos sem lastro real e ativos supervalorizados usados para inflar artificialmente o patrimônio da instituição.

As apurações da Compliance Zero levaram à primeira prisão de Vorcaro em novembro do ano

passado. Em março deste ano, houve uma segunda prisão do ex-banqueiro, durante a terceira fase da operação. Vorcaro permanece preso até o momento.

As investigações também avançaram sobre supostas relações de Vorcaro com autoridades públicas, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal, senadores da República, deputados, além da tentativa frustrada de venda de ativos do Master ao BRB e de um suposto esquema envolvendo recursos de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de servidores públicos em vários estados e municípios brasileiros.



[Voltar ao índice](#)



Antes uma das maiores redes de alimentação do país, o Habib's enfrenta dívida superior a R\$ 300 mi e negociações com credores. (Foto: Dall-E/Gazeta do Povo)

Negócios

Habib's: A crise na rede que popularizou a esfiha barata no Brasil

Por Tiago Cordeiro, especial para a Gazeta do Povo

No início de julho, a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo suspendeu

por 60 dias as cobranças e execuções de dívidas contra o Grupo Gennius, controlador das redes Habib's e Ragazzo. O prazo foi concedido para que a empresa busque negociar com seus credores sem correr o risco de sofrer bloqueio de bens, em passivo que ultrapassa os R\$ 300 milhões. Esta é a pior crise da gigante do setor de alimentação, prestes a completar quatro décadas, que popularizou a esfiha barata no Brasil.

Em nota à Gazeta do Povo, a empresa reconhece a crise, mas ressalta que o atendimento aos clientes não foi afetado. “O grupo Habib's ingressou com pedido de medida cautelar com o objetivo de negociar os passivos financeiros acumulados durante o período desafiador dos últimos anos. Todas as lojas do grupo continuam funcionando normalmente em todo o país, mantendo o padrão de qualidade e atendimento aos nossos clientes”.

Sequência de dificuldades

O momento crítico, entretanto, não é o primeiro da história do grupo, que informa contar com mais de 17 mil colaboradores e atender a mais de 200 milhões de clientes por ano.

Nos últimos anos, uma combinação de fatores internos e externos colocou pressão sobre o modelo de negócios do Habib's. A pandemia reduziu o movimento nas lojas, enquanto a expansão dos aplicativos de entrega e a mudança nos hábitos de consumo aumentaram a concorrência e comprimiram as margens. Ao mesmo tempo, a alta da inflação elevou os custos operacionais e dificultou a estratégia de preços baixos que sempre caracterizou a rede – uma esfiha que há dez anos custava R\$0,99 hoje é comercializada a R\$4,99.

Mais recentemente, a empresa tem enfrentado críticas de consumidores pela queda na padronização e na qualidade dos produtos. A arquiteta Estela Matheus de Arruda Botelho, de São Paulo, costumava fazer pedidos no Habib's ao menos duas vezes no mês, mas a marca acabou deixando de ser a prioritária para a família. “O motivo da mudança de frequência no consumo foi a qualidade do produto consumido ter caído. Eu e meu pai costumávamos pedir mais o Beirute do que as esfihas de lá. E toda vez que pedíamos o lanche não havia um padrão, não dava para saber se seria um dia bom ou não”.

A falta de previsibilidade começou a incomodar. “Uma vez pedi o lanche com peito de frango, mas veio tão torrado que era difícil até de cortar, imagina consumir. Optamos por não comprar

mais tanto de lá por conta dessa falta de padrão que observamos”, relata ela.

No entanto, mesmo antes da crise atual, o Habib's já enfrentava momentos de dificuldade. Em períodos de alta na inflação, o grupo sustentava os preços baixos, fazendo com que alguns franqueados questionassem publicamente as decisões da rede, que em diferentes ocasiões também recebeu uma série de denúncias trabalhistas. Em 2014, a companhia também foi investigada por fraude fiscal, em São Paulo e Minas Gerais, por suspeita de manter um sistema eletrônico para omitir receitas.

Mas os acontecimentos dos últimos anos têm impacto estrutural muito maior sobre as operações do grupo. Em entrevista concedida à rádio CBN em 2023, antes das questões atuais, o

fundador da empresa, Alberto Saraiva, disse ter aprendido na pandemia que "era solto nas despesas". "Hoje esse é um item de extrema importância para nós. Para funcionar bem, não podemos ter excesso de gordura", prosseguiu.

Delivery e consumo menor agravaram a crise do Habib's

"A pandemia gerou um grande desafio e uma profusão de pequenas empresas atuando no delivery", aponta Cristina Souza, co-fundadora e CEO da agência especializada em foodservice Tanjerin. "O delivery hoje é uma forma de atingir um cliente que não está na sua loja, mas não pode ser o único canal de uma rede. A concorrência evoluiu muito, e os aplicativos de entrega geram um desafio para a precificação. Para quem tem rede grande, como o Habib's, com cozinha

espaçosa e parques de diversão para as crianças, a presença física do consumidor tem que se pagar”, explica.

Outro fator que prejudica a rede é o aumento do endividamento das famílias, especialmente nas classes B, C e D, públicos preferenciais da marca. De fato, em julho, 81,6% das famílias brasileiras estavam endividadas, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). “O consumidor de classe B, C e D tem cortado o consumo de alimentação fora do lar para reduzir custos”, diz a CEO da Tanjerin.

Ainda assim ela vê futuro no grupo, apesar da crise. “Com certeza o Habib’s pode se recuperar. É característico das grandes marcas brasileiras enfrentar e superar crises o tempo todo”. A

empresa vem reagindo, de fato, principalmente com a aposta em formatos menores, como quiosques e lojas express.

História do Habib's: a rede de alimentação que nasceu de uma tragédia familiar

A rede que popularizou a comida árabe no Brasil foi fundada por Alberto Saraiva, filho de imigrantes portugueses. Ele tinha 20 anos e estudava Medicina quando o pai foi assassinado durante um assalto. Alberto precisou interromper os estudos para conduzir um negócio do qual a mãe e os dois irmãos mais novos dependiam, e que não ia bem.

Nascido em Portugal, em 1953, Alberto Saraiva chegou ao Brasil com apenas seis meses de idade, com a mãe, Maria Júlia Pinheiro, e o pai, António

Saraiva. “Eles vieram para o Brasil sem nenhuma promessa de emprego, somente pelo sonho e acreditando na força que tinham”, relata o empresário, em depoimento para o Museu da Pessoa. “Quando o meu pai chegou, ele comprou uma carrocinha com um cavalo. Pegava os pães na padaria às quatro horas da madrugada e vendia nos bares, nos botecos, nos restaurantes. Ganhava a sua vida dessa maneira, vendendo pãozinho”, conta.

Morando em São Paulo, o então futuro empresário prestou vestibular por três anos até conseguir a aprovação. Quando estava no primeiro ano da faculdade, o pai comprou uma padaria no bairro do Belenzinho. Em um domingo de 1973, ao chegar ao estabelecimento, encontrou o corpo do próprio pai, que havia sido baleado por assaltantes.

Não houve alternativa a não ser trancar a matrícula do curso e começar a tocar o comércio, que era o único sustento da família. Alberto ainda retomaria a faculdade e concluiria a graduação, sem jamais exercer a atividade.

Fórmula de sucesso

A padaria do pai estava cercada por concorrentes e não conseguia se diferenciar. Os negócios iam mal, até que Alberto começou a testar uma série de teses de negócios que anos depois aplicaria ao Habib's. A primeira delas foi vender os pães ao preço mais baixo possível, a fim de ganhar escala e atrair clientes para consumir outros produtos. A segunda foi conhecer profundamente os processos de fabricação, de forma a conquistar autonomia de produção e reduzir a dependência de fornecedores.

Em 1988, depois de ter empreendido com pizzaria, pastelaria, loja de fogazzas e botecos, o fundador do Habib's conheceu um senhor de 75 anos que lhe pediu emprego e disse que tinha experiência no preparo de pratos árabes. Aprendeu com ele as receitas e as anotou em um caderninho, que depois permaneceu exposto na primeira loja da marca, fundada no bairro da Lapa e até hoje ativa.

Na época, em São Paulo, esta culinária era cara e restrita a um público muito específico. A popularização dos pratos trouxe sucesso imediato ao novo empreendimento.

A estratégia desenvolvida ao longo da vida de Alberto Saraiva se mostrou valiosa. Em poucos anos, o Habib's já havia se estendido para muito

além de São Paulo. Alcançou todo o Brasil com lojas próprias e franqueadas, atendidas pela produção própria do grupo. Na época, a esfiha a R\$ 0,19 estava consolidada nos hábitos dos brasileiros. “Na década de 90, o Habib’s ditava regras para o mercado, especialmente com relação à qualidade da operação”, conta Cristina Souza. “Esta é uma marca muito forte no mercado, que já sobreviveu à inflação galopante. A empresa tem uma resiliência enorme e certamente vai virar o jogo”, continua.



[Voltar ao índice](#)



Escultores do Atelier Missor trabalham na montagem da estátua de Prometeu, erguida ao lado da base da SpaceX, de Elon Musk. (Foto: Divulgação/Atelier Missor)

Arte tradicional

Os escultores que querem salvar o Ocidente — e chamaram a atenção de Elon Musk

Por Omar Godoy

Nos últimos anos, governos do Ocidente vêm discutindo a destruição de estátuas e outros

monumentos de figuras associadas à escravidão e ao colonialismo. Porém, neste exato momento, um grupo de escultores franceses está fazendo justamente o contrário. Conhecido como Atelier Missor, o coletivo surgido na cidade de Nice está erguendo uma estátua de bronze de 15 metros do titã Prometeu, personagem da mitologia grega que roubou o fogo dos deuses para entregá-lo aos humanos.

Prometeu é uma espécie de figura fundadora da tradição ocidental. Seu mito coloca o conhecimento, a técnica e o progresso como frutos de uma ousadia. A partir daí, cabe à humanidade seguir avançando.

Mas há um detalhe curioso sobre a obra: ela fica no Texas, mais especificamente num terreno ao

lado da Starbase, a base de lançamento de foguetes da SpaceX — um dos maiores empreendimentos privados de exploração espacial, fundado por Elon Musk.

A escultura, no entanto, não foi encomendada por Musk. Ela é uma iniciativa independente do Atelier Missor, concebida como uma espécie de presente simbólico à Starbase. Na verdade, a aproximação entre as duas partes começou de forma despretensiosa. Elon Musk apenas comentou "Looks cool" ("Parece legal") em um post do ateliê sobre outro projeto — uma nova Estátua da Liberdade, em titânio, que os franceses planejam erguer também nos EUA.

Foi o suficiente para o grupo ganhar visibilidade mundial e financiamento de grandes investidores

americanos. Segundo a imprensa que acompanha a construção, o custo estimado do Prometeu texano é de cerca de US\$ 1 milhão.

O trabalho do ateliê, porém, está longe de ser unanimidade. Suas ideias sobre a arte e sua defesa explícita da cultura ocidental costumam render críticas duras no ambiente acadêmico, além de controvérsias com o poder público.

Desprezo pela arte contemporânea

“Símbolos são poder. Eles não são apenas decoração, mas também instrumentos de memória e âncoras de identidade”, afirma Missagh “Missor” Nouri, artista autodidata de origem iraniana e criador do ateliê (ao lado do irmão, Massoud, um cientista da computação). Para Missor, de 35 anos, esculpir é “um ato

civilizacional”. Principalmente porque, segundo ele, a arte contemporânea virou “uma missão para insultar o Ocidente”: em vez de celebrar sua história, heróis e valores, os artistas de hoje preferem questionar e até ridicularizar essa herança.

Esse desprezo também ajuda a entender a maneira como ele reage aos críticos. “Nossos inimigos quase conseguiram testemunhar a nossa morte”, diz Missor, referindo-se à maior crise enfrentada pelo grupo.

Em 2023, a cidade de Nice, então comandada pelo prefeito de direita Christian Estrosi, encomendou ao ateliê uma estátua de Joana d’Arc, com nove toneladas, por 170 mil euros. Na inauguração, no final de 2024, o político comemorou: “Esta obra

permanecerá nas memórias e nos livros como um exemplo”. No entanto, em janeiro do ano seguinte, um tribunal derrubou a decisão por falta de concorrência pública. Meses depois, a Justiça voltou atrás — reconheceu a irregularidade, porém entendeu que a falta de licitação não era grave o bastante para desfazer o negócio. Ainda assim, Missor e seu irmão perderam várias outras oportunidades de trabalho e quase foram à falência.

“Machosfera anti-woke”

As críticas ao ateliê também são ideológicas e artísticas. A revista americana *The New Republic*, por exemplo, afirmou que os irmãos fazem parte da “machosfera anti-woke” (e isso não foi um elogio). Já o jornal *Politis* viu no grupo “um instrumento de promoção para a direita e a

extrema-direita”. No meio acadêmico, especialistas costumam questionar se Missor é realmente um artista ou apenas um fenômeno de marketing. O historiador Paul-Louis Rinuy, da Universidade Paris 8, foi mais longe: comparou o estilo do ateliê ao de Arno Breker, escultor do Terceiro Reich. “É uma imitação boba e não inventiva do passado”, completou Rinuy, ao comentar a obra dos irmãos (que inclui esculturas de Nietzsche, Marco Aurélio, Dostoiévski, Victor Hugo, Chopin e até do intelectual contemporâneo Jordan Peterson).

Mas essa mistura de estética retrô, discurso sobre a civilização e habilidade nas redes chamou a atenção do setor da tecnologia dos EUA. Além do “afago” de Elon Musk, o Atelier Missor já recebeu dinheiro de fundos de investimento como o

Founders, Inc. e o 1517 Fund (este último ligado ao bilionário Peter Thiel).

O interesse vai além das estátuas. Para esses mecenas, as obras dos irmãos franceses representam tradição, inovação, ambição e, acima de tudo, uma tentativa de transformar o resgate da cultura ocidental em um projeto de longo prazo. A chamada “nova Estátua da Liberdade”, ainda sem endereço definido, resume bem a proposta do ateliê. “Ela será muito maior, mais masculina e feita de titânio. Para durar milhões de anos”, garante Missor.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Quem são os pesquisadores (de esquerda) que querem formar a “Bancada da Ciência”
- O que é o Foro Alberdiano e como ele busca levar as ideias de Milei a outros países
- Declaração de bens dos candidatos às eleições 2026: o que entra e como interpretar os valores
- Inquisição: era de barbárie ou espantinho de juizes modernos?
- Como os grupos terroristas estão usando a Inteligência Artificial a seu favor
- Lula repete discurso e culpa antecessores enquanto obras paradas persistem

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice